

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº: 2262/2025

PROJETO DE LEI Nº: 561/2025

AUTORIA: Raphaela Moraes

EMENTA: INSTITUI O PROJETO CÃO E GATO COMUNITÁRIO, BEM COMO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SEREM SEGUIDAS QUE VISEM À PROTEÇÃO DESSES ANIMAIS.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

• Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)

• Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)

• Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do **Projeto de Lei nº 561/2025**, de autoria da Vereadora Raphaela Maria de Oliveira Moraes Vasques, que objetiva instituir o "Projeto Cão e Gato Comunitário" no Município da Serra. A proposição define o que é o animal comunitário, estabelece diretrizes para sua esterilização, identificação e cuidado, e define as responsabilidades dos tratadores.

O processo foi protocolado nesta Casa de Leis em 10/04/2025 e encaminhado à Douta Procuradoria em 15/04/2025 para análise. Após a leitura da proposição em Plenário na Sessão Ordinária de 03/11/2025, o projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em 04/11/2025.



Consta nos autos o **Parecer Jurídico nº 660/2025**, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo prosseguimento da matéria. A Procuradoria fundamenta que a matéria se insere na competência legislativa do Município para tratar de assuntos de interesse local (Art. 30, I e II, da CF/88 e Art. 30, I e II, da LOM) e na competência comum de proteção à fauna (Art. 225 da CF/88 e Art. 303 da LOM).

A Procuradoria concluiu, ainda, não haver vício de iniciativa , uma vez que a proposição não cria obrigações ou aumento de despesa para o Poder Executivo , apenas fomenta a integração entre a sociedade e o poder público. Por fim, atestou que o projeto atendeu às principais diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

II. ANÁLISE

Esta Comissão analisou a proposição sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, conforme competência definida no Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 660/2025, exarado pela Douta Procuradoria.

De fato, a proposição encontra amparo na competência legislativa municipal para suplementar a legislação federal e estadual e legislar sobre "assunto de interesse local", conforme o Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal e Art.



30, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal (LOM). A proteção à fauna é matéria de competência comum (Art. 23, VII, CF/88) e um dever do Município, conforme disposto no Art. 303, V, da LOM.

A iniciativa legislativa é concorrente, pois o projeto não adentra nas matérias de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, elencadas no Art. 143, parágrafo único, da LOM. As disposições do Art. 5°, que sugerem ações do Poder Público, utilizam o verbo "poderá", conferindo caráter autorizativo e não impositivo, o que afasta o vício de iniciativa, conforme já pacificado pela Procuradoria.

Portanto, o projeto é constitucional e legal.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

A Procuradoria opinou que o projeto "atendeu às principais diretrizes da Lei Complementar 95/98" , ressalvando a possibilidade de "eventuais aperfeiçoamentos".

Esta Comissão, em análise pormenorizada do texto, identifica um vício de técnica legislativa no Art. 2º do Projeto de Lei. O *caput* do Art. 2º já define de forma completa o "animal comunitário", incluindo a descrição de como ele sobrevive. No entanto, o § 1º do mesmo artigo apenas repete, com redação quase idêntica (e com um erro ortográfico, ao grafar "médica" em vez de "medica"), a segunda parte da definição já exarada no *caput*.

A Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a redação das leis, preza pela clareza, concisão e precisão. A repetição contida no § 1º viola esses princípios, configurando redundância que deve ser sanada.

Desta forma, faz-se necessária a supressão do § 1° do Art. 2°, com a consequente renumeração dos parágrafos subsequentes (§ 2° e § 3°) para § 1° e



§ 2°, respectivamente. Tal alteração aprimora a técnica legislativa da proposição sem alterar seu mérito.

III. VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

- 1. Pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do Projeto de Lei nº 561/2025.
- 2. Pela necessidade de EMENDA DE REDAÇÃO para corrigir a técnica legislativa do Art. 2°, suprimindo o § 1° por redundância e renumerando os parágrafos subsequentes, nos seguintes termos:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 561/2025

Suprima-se o § 1° do Art. 2° do Projeto de Lei nº 561/2025, que possui a seguinte redação:

"§ 1º O animal reconhecido como animal comunitário sobrevive da generosidade de vários ou único responsável que o alimenta, médica e oferece água limpa e fresca diariamente."

Renumere-se o § 2º do Art. 2º para § 1º, com a seguinte redação:

"§ 1º O animal reconhecido como comunitário poderá ser esterilizado, chipado e vacinado, com recursos próprios dos protetores da comunidade local onde vive o animal e após a esterilização e a recuperação do mesmo será devolvido à comunidade de origem."

Renumere-se o § 3° do Art. 2° para § 2°, com a seguinte redação:

"§ 2º Os cães e gatos comunitários terão preferência nos programas de castrações."



IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina FAVORAVELMENTE à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 561/2025, condicionada ao acolhimento da Emenda de Redação anexa, que visa aprimorar a técnica legislativa e corrigir redundância textual.

Sala de Reuniões, 11 de novembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)

Raphaela Moraes (PP)

Presidente

Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)

Secretário